



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social

Sub-eixo: Questão Ambiental

SERVIÇO SOCIAL E OS IMPACTOS DA QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL NO TRABALHO PROFISSIONAL

TATIANE PEREIRA DA SILVA¹

RESUMO:

A questão socioambiental e suas múltiplas expressões, vem configurando um espaço de investigação e intervenção para o Serviço Social, com demandas atuais que vem sendo postas à profissão. O artigo apresenta um ensaio teórico extraído do Capítulo 2 Serviço Social, questão socioambiental e trabalho profissional, resultante da Tese de Doutorado intitulada “A questão socioambiental na formação profissional em Serviço Social” defendida em 2021, no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, FCHS/UNESP, no que consiste os reflexos dos impactos da questão socioambiental no trabalho profissional de Assistentes Sociais. Não obstante, o estudo obteve subsídios para uma apreensão acerca de como se apresenta as novas demandas socioambientais cada vez mais presente no cotidiano destes profissionais.

Palavras chave: Serviço Social. questão socioambiental. trabalho profissional.

ABSTRACT:

The socio-environmental issue and its multiple expressions have been configuring a space for investigation and intervention for Social Work, with current demands that have been placed on the profession. The article presents a theoretical essay extracted from Chapter 2 Social Service, socio-environmental issue and professional work, resulting from the Doctoral Thesis entitled “The socio-environmental issue in professional training in Social Service” defended in 2021, in the Postgraduate Program in Social Service of the Faculty of Human and Social Sciences, FCHS/UNESP, which consists of the reflections of the impacts of socio-environmental issues on the professional work of Social Workers. Nevertheless, the study provided support for

¹ GESTA Universidade Estadual Paulista

understanding how new socio-environmental demands are presented, increasingly present in the daily lives of these professionals.

Key words: Social Work. socio-environmental issue. professional work.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas na esfera social, evidenciamos o aumento significativo de tragédias ambientais cada vez com maior veemência. Não obstante, à exemplo disso, podemos citar sobre esse contexto no Brasil, pela ocorrência recente da tragédia climática no Estado do Rio Grande do Sul/RG² nos meados deste ano, confirmando que para além de incertezas percorridas no mundo científico, a crise socioambiental contemporânea vem destoando impactos imensuráveis na realidade singular da vida social.

Esse cenário expressa a questão socioambiental e suas múltiplas expressões, como sendo um fator que transcende sobre a necessidade de se pensar o desenvolvimento socioeconômico a partir de um *paradigma ecológico* alternativo ao que vivemos hoje. Nesse paradigma devem tecer novas ideias e projeções da cultura de paz, numa visão de totalidade, a fim de que a sociabilidade passe a constituir acesso ao conhecimento do mundo e das coisas, no sentido consciente da sua participação para um desenvolvimento contínuo e emancipado, principalmente, sobre os aspectos que envolvem a conexão entre a natureza humana, o meio ambiente e a sustentabilidade.

Nesta conjuntura, desponta a profissão do Serviço Social, que, enquanto profissão designada no campo social, desenvolve o seu trabalho profissional no bojo das questões que estão inseridas no tecido das relações sociais, orientado por um projeto ético-político profissional, que defende uma ordem societária que possa projetar possibilidades e garantias que sejam

² “Desde o dia 27 de abril, áreas no Vale do Rio Pardo, na região central do Estado, já sofriam com fortes chuvas e granizo.

Mas foi em 29 de abril que o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) emitiu o primeiro alerta vermelho de volume elevado de chuva.

As chuvas foram resultado de uma combinação de fatores, entre eles uma massa de ar quente sobre a área central do país, que bloqueia a frente fria que está na região Sul e faz com que a instabilidade fique sobre o Estado, causando chuvas intensas e contínuas.

Aliado a isso, o período entre o final de abril e o início de maio de 2024 ainda tem influência do fenômeno El Niño, responsável por aquecer as águas do Oceano Pacífico, contribuindo também para que áreas de instabilidade fiquem sobre o Estado.

Tudo isso foi potencializado pelo aquecimento global, que torna os eventos climáticos mais frequentes e cada vez mais potentes.” (BBC NEWS, 2024).

socioambientais, para os indivíduos sociais constituírem a *emancipação* humana de sua própria história na sociedade.

As manifestações da questão ambiental no cenário contemporâneo vêm configurando um novo campo de intervenção profissional para os assistentes sociais. Por isso, ao mesmo tempo, vem instigando na profissão do *Serviço Social* a contemplar na formação e no trabalho novos estudos, investigações e intervenções nessa área, devido ao surgimento dela, por estar configurada em novas demandas interpostas à profissão.

Diante disso, com a finalidade de ampliar a socialização desse ensaio para expor os resultados teóricos contidos na publicação do *Capítulo 2 Serviço Social, questão socioambiental e trabalho profissional* da Tese de Doutorado em Serviço Social intitulada – “A questão socioambiental na formação profissional em Serviço Social”, do Programa de Pós-graduação da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais / Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” câmpus de Franca/SP, defendida no ano de 2021.

De tal modo, as reflexões teóricas que serão abordadas transcorrem na apreensão dos impactos da questão socioambiental advinda do contexto apresentado na realidade social, pelas projeções do paradigma moderno da reconfigurações produtiva do sistema de acumulação capitalista e os seus rebates na organização da vida social, permeada pelas configurações resultantes nas problemáticas socioambientais, das quais vem se colocando interpostas à profissão do Serviço Social. Para aprofundar os elementos centrais dessa questão, na sequência se fará apontamentos das novas demandas socioambientais como parte central das mudanças contemporâneas refletidas no cotidiano profissional.

Novas reconfigurações produtivas

No cenário da mundialização contemporânea, desvela-se a insustentabilidade de manutenção do sistema capitalista a partir do aumento significativo dos impactos ambientais cientificamente comprovados. Nesta ótica, por exemplo, podemos compreender que o alinhamento da esfera reprodutiva trouxe consigo algumas reconfigurações para manter-se a hegemonia do sistema por meio da indústria de reciclável — no denominado capitalismo *verde*. Mas, as suas raízes, de certo modo, continuam mantendo a mesma ordem estrutural, tendo como grandes resultados a superacumulação capitalista das riquezas produzidas e a concentração do rendimento do capital financeiro, pois, “*O Deus que falhou*, na imagem da onipotência tecnológica,

é agora recomposto e novamente apresentado sob o disfarce do *interesse ecológico* universal [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 987, grifo do autor).

Essa composição vincula-se à incorporação cada vez mais a níveis complexos e instáveis do capitalismo *verde* com a apropriação usurpada da prerrogativa das agências internacionais sobre o uso de práticas socioambientais do Desenvolvimento Sustentável como estratégias para a acumulação do capital e de construção de hegemonia, pois “[...] a ‘responsabilidade social’ é aventada como resposta à questão social e à degradação ambiental na esteira da crescente omissão do Estado na proteção social e na garantia do usufruto coletivo dos recursos naturais.” (SILVA, M das G., 2010, p. 148).

Nestes moldes, de um lado, assim sendo, presenciamos, as chamadas *políticas verdes* nos centros urbanos, a partir do direcionamento socioeconômico da racionalidade técnica na gestão do planejamento urbano, por detrás dos discursos sobre o direito a “cidade”, de onde o politicamente correto se orienta no dever de combate à pobreza e os problemas ambientais, com pauta na retirada da população que vive nas áreas de risco ambiental e transferi-las para outras zonas de infraestruturas adequadas. Para tanto, a proposta se desenvolve nos modelos de gestão exercida pelas empresas privadas, que utilizam de programas habitacionais do governo para linhas econômicas de capitalização e investimento financeiro, encarecendo os projetos de moradias com os reflexos da especulação imobiliária e, conseqüentemente, o endividamento da classe trabalhadora, fragilizando ainda mais os direitos por justiça social.

Do outro lado, no campo, pelo viés das *políticas agrárias*, temos visto a reorientação dos moldes das políticas públicas de reformas agrárias no país³, fortalecendo a ampliação do latifúndio, das madeireiras e da intensificação produtiva da “agroindústria”, à medida que se vem detendo os processos característicos da monocultura num desfecho de desertificação *verde* para a produção de matéria-prima, tal seja no pasto para o laticínio, dos alimentos transgênicos e das chamadas energias limpas, como exemplo, “a cana de açúcar para a produção do álcool”. Com isso, se expande a fragilização cada vez maior do uso da legislação e das políticas ambientais para a adesão da sustentabilidade em detrimento da política econômica atual.

Não há como acreditar na falácia do ‘capitalismo verde’. Sabemos que todas as vezes que nos colocamos contra o latifúndio, a agroindústria, as madeireiras e os piratas estrangeiros que pilham a nossa biodiversidade, seremos duramente contra-atacados pelo próprio

³ “No que diz respeito à grande agricultura capitalista, o governo promoveu investimentos em infraestrutura para viabilizar as atividades deste segmento num processo de integração com a indústria, que já vinha de longa data, mas cuja moderna designação passou a ser dada pelo termo agronegócio.” (SANT’ANA, 2012, p. 32).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Estado que, atuando prioritariamente a serviço do capital, criminaliza os movimentos sociais com suas práticas de luta e de resistência. (CFESS, 2012a).

No mais, é sob os rearranjos da estruturação produtiva para o capitalismo *verde* que também se incorpora o atual processo da flexibilização do trabalho (informalidade das relações laborais), ao regular a prestação de serviços dos catadores de materiais recicláveis⁴ enquanto categoria “autônoma” para a coleta seletiva dos materiais recicláveis nos centros urbanos (geralmente essa população encontra-se em inóspita condição de vida). Essa alternativa se justifica como meio de organização capitalista do trabalho dos catadores para viabilização da acumulação ecologicamente sustentável e captação de matéria-prima a partir de recursos materiais que podem ser reutilizados para a destinação do processamento (re)produtivo de mercadorias por meio da indústria de reciclagem.⁵

Evidencia-se, assim, que a particularidade da indústria de reciclagem consiste em transformar as sequelas do processo de destruição ambiental em um novo objeto de produção mercantil; o faz através da organização e reorganização dos processos de trabalho, das inovações tecnológicas e organizacionais e da formação de uma cultura legitimadora das suas iniciativas. (SILVA, M. das G., 2010, p. 26).

Esse campo metabólico se faz presente por *fetiches* que se apresentam no capitalismo *verde* entre os renovados mecanismos e dispositivos institucionais capitalistas que surgiram justapostos às sombras do interesse ecológico. Entretanto, o cerne da produtividade continua com a máxima, “mantendo o mesmo propósito de processamento” de um sistema econômico linear de produção, alinhavado a uma política de mercado e com o distanciamento das políticas sociais do *Estado*, acarretando, nestes moldes, o agravamento da *questão socioambiental e as suas múltiplas expressões*.

Quando nos remetemos às suas delimitações, é imprescindível compreender que a sua reprodução permeia as inter-relações de conflitos existentes entre autorreprodução do sistema

⁴ “A origem do catador de materiais recicláveis é multideterminada, mas formalmente o trabalho de catador de materiais recicláveis está registrado sob número 5.192-05, na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO. Compreendemos como trabalhador nessa função ‘catador de ferro-velho, catador de papel e papelão, catador de sucata, catador de vasilhame, enfardador de sucata (cooperativa), separador de sucata (cooperativa), triador de sucata (cooperativa)’ (Ministério do Trabalho e Emprego, 2008).” (STERCHILE; BATISTA, 2011, p. 317).

⁵ Consultar Mendes (2009) em “*Os catadores e seletores de material reciclável: o social e o ambiental na lógica do capitalismo*”, na qual é defendido a tese de que as mudanças no mundo do trabalho são ocasionadas pela reestruturação produtiva, que somado ao problema ecológico impulsionado pelo desenvolvimento industrial e pelo rápido crescimento econômico, instauraram um processo eminente de problemas ambientais e injustiças sociais. Nesse âmbito, segundo a autora a reciclagem surge para resolver o problema do lixo no meio ambiente, mas, por sua vez, tem se transformado economicamente em um negócio de interesse econômico, com pouca consciência de sua importância ambiental e o catador de material reciclável, migrante de outras áreas de atividades laborais, pode ser considerado como sendo o mais explorado a partir desse contexto.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

econômico, crise ecológica e sustentabilidade. Isto tem sido um viés que se apresenta a níveis cada vez mais complexos e instáveis quanto à *desalienação* sobre os aspectos dominantes da destrutividade que envolvem o capitalismo, à medida que afetam, desproporcionalmente, uma parcela da sociedade por função da sua condição de vulnerabilidade socioeconômica, a qual se vê obrigada a conviver com os efeitos dos *impactos socioambientais*, sejam em suas habitações e/ou mesmo nos ambientes de trabalho.

O processo da autorreprodução do sistema econômico, por sua vez, concerne a uma projeção do organismo social embasada no paradigma técnico-científico moderno, que alavanca em nível mundial a vivência dos diversos impactos assimétricos para os recursos humanos (classe trabalhadora) e os recursos naturais (meio ambiente), além de provocar outros diversos impactos que resultam na fragilidade ampliada das políticas públicas estatais, porque mudanças representativas na esfera societária projetam a atual caracterização em face à intensificação das “[...] políticas compensatórias; programas focalizados; manutenção aparente do equilíbrio social; privatização dos direitos sociais; políticas eminentemente seletivas; participação e resolução individualistas dos problemas sociais e ambientais.” (SILVA, T. P., 2018, p. 69).

A sua naturalização amplia o enfraquecimento das lutas e forças sociais dos trabalhadores a partir do processo de *alienação* existente no sistema, ao pontuar a falácia das recomendações de organismos multilaterais no viés da indicação neoliberal, em que os países periféricos do “terceiro mundo”, como à exemplo, da indicação aos países da América Latina, de resolverem a crise interna da industrialização com a adesão do capital externo para o avanço do crescimento econômico⁶. Assim, pois, numa contraposição, tem sido constituído os ditames das *injustiças sociais* em face aos interesses da dominação e exploração *desigual* na sociedade, de onde os seus avanços contribuíram e contribuem para o aprofundamento da desagregação social numa proporção conseqüente de impactos ambientais.

O fato de que a exploração predatória dos recursos humanos e materiais do nosso planeta em benefício de uns poucos países seja na condição *não generalizável* é maldosamente desconsiderado. Em vez disso, reafirma-se implicitamente a viabilidade universal da emulação do desenvolvimento dos países ‘capitalistas avançados’, sem levar em conta que

⁶ “No caso da América Latina é preciso recordar a grande transformação regional que o continente passou por conta do poder político e das influências externas que conduziram a um ajustamento estrutural que trouxe grandes assimetrias e que acentuaram a precarização e a exploração do trabalho no campo e na cidade. O volume da dívida externa aumentou drasticamente em função da elevação das taxas de juros e a conseqüente suspensão de novos empréstimos. As políticas de ajuste estrutural executadas sob a liderança do FMI e do Banco Mundial conduziram os Estados a adotarem um novo aparato jurídico articulado com o livre mercado favorecendo a abertura para o capital internacional e alargando sua capacidade transnacional. Desta forma se dava a integração subordinada ao centro do sistema mundial e a introdução da programática neoliberal definidas no Consenso de Washington cumpriu seu papel junto aos Estados latino-americanos que ajustaram suas ações políticas como forma de garantir sua integração e a expansão de seus interesses na nova lógica do capital mundializado.” (SCOLESO, 2017, p. 228).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

nem as vantagens do passado imperialista, nem os imensos lucros obtidos da manutenção continuada do 'terceiro Mundo' na situação de dependência estrutural podem ser 'universalmente difundidos' de modo a produzir os felizes resultados que se esperam da 'modernização' e do 'livre mercado'. (MÉSZÁROS, 2011, p. 39, grifo do autor).

O sistema capitalista, de tal maneira, assim é caracterizado pelos efeitos dos seus impactos que se dão nas *injustiças sociais e ambientais* ao deter a superconcentração das riquezas destinadas a uma pequena parte da sociedade (grupos, famílias e empresas), enquanto majoritariamente a população vem sentido a polarização das disparidades que intensificam a *desigualdade social* entre as classes sociais, sendo cada vez mais ampliadas as restrições do acesso ao emprego, educação, saúde, habitação, nutrição alimentar, preservação ambiental, etc.

Os impactos do sistema capitalista de produção repercutem de distintas formas no meio ambiente e constata-se o acúmulo cada vez maior de capital e poder para uns e, para outros, a precarização dos direitos do trabalho, as políticas sociais pobres, a terceirização, o desemprego e a informalidade que alinhava o leque de prejuízos e injustiças sociais. (MENDES, 2009, p. 28).

Nas últimas décadas, desse modo, temos visto intensificar os efeitos dos impactos sociais também nos processos da destruição depredatória do meio ambiente e no aumento significativo dos desastres e acidentes ambientais. Algo que atinge drasticamente a qualidade de vida da população, bem como a descaracterização da qualidade ambiental frente às ações antrópicas de produção. Isso rebate consequências irreparáveis acerca da conjuntura social a que se eleva a face de suas origens na ampliação da *injustiça ambiental*. Essa realidade que nos cerca eminentemente rebate configurações de novas demandas e exigências de atuações postas à profissão do Serviço Social.

Demandas socioambientais postas à profissão

Os nexos que compõem a *questão socioambiental* para uma parcela majoritária da sociedade, segundo Layrargues (2012, p. 10, grifo do autor), “[...] agora se constituem a partir de novas denominações que se superpõem às já conhecidas: antes vítimas da ‘desigualdade socioeconômica’, agora também vítimas da ‘injustiça ambiental’.” É notória, neste preâmbulo, a emergência do Serviço Social diante de tais questões, além da compreensão dos impasses existentes dessa correlação que é perversa no âmbito do binômio “desenvolvimento econômico e as políticas sociais” sobre as tentativas dos processos do ajustamento de “ideais libertários e



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

democráticos”, ao serem incorporados a uma ordem societária que é conduzida por uma estrutura completamente contraditória e injusta.

Das margens ao centro: com o indispensável apoio do Serviço Social, a marginalização das pessoas, das terras e dos resíduos gerados no processo do metabolismo industrial capitalista terá condições de ser o centro das preocupações. E será também o centro das atenções, para os assistentes sociais, a própria temática da justiça socioambiental. (Ibidem, p. 13).

A proximidade do Serviço Social com a temática ambiental se apresenta na representatividade evidente das demandas que lhe são interpostas no trabalho cotidiano, já que as suas características estão interligadas entre a maioria dos problemas existentes no mundo atual, tais como: “[...] o câncer, a poluição, a violência, o poder nuclear, a AIDS, o ressurgimento das velhas doenças, a carência de energia e o aumento intolerável e desumano das injustiças sociais.” (DORNELLES, 2004, p. 18).

O Serviço Social enquanto profissão inserida no tecido das relações sociais possui o compromisso com intervenções que promovam melhores condições da qualidade de vida da população quanto aos mínimos sociais para subsistência dos cidadãos, com o acesso para o trabalho, à habitação, à saúde, à educação, à cultura, ao lazer, entre outros. Isso representa algo que é indissociável a um ambiente sadio e preservado, pois não é possível qualidade de vida sem qualidade ambiental e vice-versa. Assim, quando faltam condições adequadas de moradia, coleta de lixo e saneamento básico para os indivíduos, grupos de famílias e/ou segmentos populacionais, certamente tal condição os expõe a uma situação de impactos ambientais, que também poderá afetar a segurança, o bem-estar e a saúde humana com possíveis chances da proliferação e contágios de doenças relacionadas a isso.

Porquanto, as atividades cotidianas desenvolvidas pelos profissionais sofrem um vetor de demandas caracterizadas, tais como: as necessidades sociais dos cidadãos, porque estão condicionados pelas lutas sociais e pelas relações de poder, que se transformam em demandas profissionais, e, por ora, são reelaboradas na óptica dos empregadores no embate de interesses que permeia os usuários dos serviços profissionais. É nesse terreno denso por tensões e pelas contradições sociais que se situa o protagonismo profissional (IAMANOTO, 2009a, p. 34).

Neste sentido, a temática ambiental é tida como recente na história da profissão, uma parcela dos assistentes sociais passa a incorporar essa dimensão no trabalho profissional, tecendo gradualmente para o campo de pesquisas e intervenções e, aos poucos, ampliando o seu exercício profissional, certo de que o traço emblemático das demandas atuais interpelará a



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

necessidade de uma certa compreensão das diferentes ações, tomadas de decisões, formulação e implementação de políticas públicas direcionadas à problemática ambiental.

Os impactos da questão socioambiental no trabalho profissional impelem aos assistentes sociais o embate de estratégias e alternativas para a intervenção no enfrentamento das suas múltiplas expressões postas à profissão, o que se exige um novo pensar do modo de ser e atuar frente às necessidades sociais dos tempos atuais, visto que, hoje, vivemos a barbárie do domínio das forças da acumulação produtiva, num momento em que estamos à beira do colapso pela acelerada desagregação social e a destruição ambiental, com enormes interferências na esfera social da vida, nos vários segmentos da população.

Ao certo que, quanto maior a força produtiva humana operada sobre as riquezas da Terra, maiores previsões a respeito do esgotamento dos recursos naturais. Por conseguinte, esse é um cenário propício para “[...] o aumento da fome, das guerras e da proliferação de doenças e, por fim, das migrações populacionais — os refugiados das ‘catástrofes’ ambientais.” (SILVA, T. P., 2018, p. 79, grifo do autor). São impactos que conseqüentemente poderão ampliar outros impactos em danos irreversíveis à humanidade se nada for feito para modificar a interação que a sociedade vem estabelecendo com o meio ambiente.

Desse modo, o profissional de Serviço Social torna-se um articulador, mediador e mobilizador das relações sociais, com intervenções interligadas na área ambiental, compatíveis àquelas desenvolvidas em outras áreas de atuação profissional. As intervenções são direcionadas na esfera pública e/ou privada, referentes à administração institucional (habitação, saúde, proteção social, meio ambiente, educação, planejamento, etc.) e gestão de políticas, programas, projetos e serviços sociais, com ações pedagógicas de caráter socioeducativo pautado na educação ambiental, competências e atribuições que dão suporte à profissão nos espaços institucionais de trabalho.

A experiência acumulada pelos/pelas assistentes sociais com as camadas excluídas e marginalizadas é de fundamental importância para o desenvolvimento da perspectiva da educação ambiental como educação política, de intervenção, participação e voltada para construção de uma sociedade justa e sustentável. (REIGOTA, 2005, p. 8).

Os conflitos emergidos na *questão socioambiental* contemporânea transcorrem a um cenário de tensão e incertezas para a população em níveis mais complexos, que envolvem as formas de organização da vida social, principalmente sobre os efeitos da instabilidade produtiva, das migrações nacionais e internacionais em busca por postos de trabalho, das transformações

nos setores de serviços e recursos públicos e das condições ambientais de subsistência; seus impactos passam, pois, a determinar novas demandas e cenários sociais.

Isso poderá significar a exclusão mais emblemática de um número cada vez mais expressivo de pessoas da classe subalterna, do desemprego, da quebra de produção rural, do crescimento da marginalidade urbana e dos reflexos da desigualdade exacerbada pelas inovações e rupturas tecnológicas revolucionárias (da atual revolução 4.0).

São demandas advindas dos impactos decorrentes da desapropriação de terras no êxodo rural para as cidades (ocasionando sobrecarga de serviços e infraestrutura — transporte, saúde, segurança, lazer, saneamento básico, etc.); da diminuição produtiva e econômica regional (com a queda do comércio e serviços); da concentração das impurezas dos dejetos industriais e sanitários (intoxicando e poluindo as águas e solos); da inundação de áreas naturais para a construção de barragens e represas (ocorrendo o desmatamento, a impossibilidade da pesca, a perda da biodiversidade animal, das paisagens e trechos dos rios); além do aparecimento de doenças infectocontagiosas (proliferação que pode estar relacionada com a contaminação dos espaços naturais da região atingida).

As demandas socioambientais postas à profissão vêm exigindo respostas dos assistentes sociais para além das problemáticas sociais, sobretudo pelos reflexos advindos das conotações ambientais, por ser algo que se encontra no mesmo patamar de um processo de sociabilidade produtiva que é indissociável. São novas demandas que ampliam as atividades investigativas e interventivas dos profissionais na esfera do trabalho coletivo.

Também se ampliam os seus espaços sócio-ocupacionais junto a outras especialidades de trabalhadores por meio das *equipes multi e interdisciplinares*, pois o profissional buscará nessa categoria trazer respostas profissionalizadas das demandas complexas para aprofundar a transversalidade dos saberes, “[...] quais sejam: questão agrária e urbana, saneamento, populações tradicionais, formação profissional, mundo do trabalho, juventude etc.” (SILVA, M. das G., 2010, p. 147), para que as investigações e intervenções sejam ampliadas no campo social de maneira mais eficaz e efetiva.

No caso das demandas socioambientais emergentes, os assistentes sociais podem ser chamados por meio de seus espaços institucionais de trabalho na intervenção de ações intersetoriais e multiprofissionais, quando convocados à prestação de socorro à população proveniente da situação de desastres e/ou do contexto de calamidade pública. São competências e atribuições comprometidas ao projeto ético-político da profissão, conforme prevê o art. 3º, alínea



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

d, do Código de Ética (CFESS, 1993), sobre o dever de “*participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidades.*”

Normalmente, em casos de tragédias, como enchentes ou desabamentos, assistentes sociais desenvolvem inúmeras atividades, como: assumem locais de abrigos temporários, participam de grupos de discussões sobre o acontecimento com a população atingida, com outras categorias profissionais e com as autoridades, fazem encaminhamentos das pessoas para atendimento médico e psicológico, atendem e cadastram as famílias, coletando dados sobre as perdas materiais e, principalmente, buscando informações sobre pessoas desaparecidas ou vítimas fatais, orientam a população quanto a seus direitos, entre outras atividades. (CFESS, 2012b).

As tragédias ambientais estão atreladas às múltiplas expressões que permeiam os nexos da *questão agrária* no campo de um lado e, do outro, à *questão urbana* nas cidades. As suas demarcações estão vinculadas à reprodução das desigualdades sócio-históricas da apropriação da terra e pela transformação das cidades em aglomerados urbanos, de onde a marginalização social da população subalterna denomina a realidade das periferias, sejam elas por formas legais e ilegais de ocupação. “Porque o empreendedorismo urbano, a financeirização da terra, a especulação imobiliária, as omissões do Estado na regulação do mercado de terras definem as formas de uso e ocupação do espaço, em disputa pelas classes sociais.” (CFESS, 2016).

O contraste crescente da população periférica nas cidades brasileiras tem rebatido nas manifestações da *questão socioambiental* pela radical descaracterização que ocorre no entorno espacial; das refrações geográficas por infraestruturas irregulares; das precárias condições da mobilidade urbana e pela falta de saneamento básico para a população. Com efeito, isso vem aumentando a prevalência dos danos ocasionados pelo risco ambiental gerado por enchentes e desabamentos nas cidades durante períodos chuvosos.

Junto a esse contexto temos a problemática da crise hídrica, da poluição urbana e o aumento de doenças sanitárias com maior incidência sobre essa população, principalmente pela carência de acesso às políticas públicas governamentais, que, cada vez mais, apresentam-se restritivas e seletivas na garantia dos direitos aos mínimos sociais para suprir as necessidades básicas de subsistência, a fim de que se possam proporcionar condições de vida dignas e saudáveis. São condições de vida que “[...] eclodem sobre o trabalho do/a assistente social na forma de demandas reprimidas, ausência de serviços e violação de direitos dessas mesmas famílias, para citar alguns exemplos.” (CFESS, 2016):

São condições e relações de trabalho que orientam a dimensão estratégica do trabalho social, que está na articulação das lutas pela radicalização da democracia, com o fortalecimento dos movimentos sociais da classe trabalhadora, constituindo-se em um conjunto de ações de caráter socioeducativo e ações voltadas para a mobilização e organização dos sujeitos sociais, que se complementam e articulam. Desenvolve também ações de planejamento, gestão e coordenação e de assessoria e formação profissional. (Ibidem).

A *questão socioambiental* vem ampliando, sobremaneira, as demandas postas ao trabalho profissional dos assistentes sociais nas várias esferas da vida social; das suas causas, temos, no processo expansivo do capitalismo, consequências irreversíveis ao meio ambiente. Esse cenário da destrutividade ambiental não vem atingindo somente populações das zonas urbanas; suas consequências também têm impactado severamente a vida das comunidades rurais que residem próximas das indústrias que desenvolvem atividades voltadas para a mineração e garimpo, geração de energia elétrica, indústria de ferro e carvão, entre outras.

Isso constitui reflexões sobre as novas demandas socioambientais que significam “[...] reconhecer os limites e possibilidades do espaço ocupacional é fundamental no sentido de assegurar sua legitimidade profissional e enfrentar o desafio de responder às particularidades das demandas postas à profissão.” (NUNES, 2012, p. 55). Deter as suas manifestações nos processos de institucionalização do trabalho profissional do Serviço Social abarcam coragem e determinação frente a tais demandas, o que direciona no nosso modo de atuação para não perdermos a oportunidade de redimensionar a *práxis profissional* recorrente das particularidades que se apresentam à profissão.

De modo geral, o conhecimento acerca dessa abordagem no Serviço Social está longe de ser esgotado, pois, para o entendimento da conjuntura sobre os fundamentos contemporâneos em que se *inscreve a questão socioambiental no trabalho profissional de assistentes sociais*, implica compreendê-la como um processo dialético, dinâmico e contínuo, de onde se encontram incorporadas as contradições estruturais que rebatem na inserção dos profissionais e da própria profissão na sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao desvelar sobre os impactos advindos da questão socioambiental, é notório características que perpassam um debate para a sua incorporação no exercício e à formação na profissão do Serviço Social, como sendo fundamental para entender o seu processo frente aos



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

desafios atuais a partir de dadas particularidades socioambientais. Dessa maneira, desdobramos na gênese da profissão do Serviço Social um percurso acadêmico-profissional que possam definir trabalho e formação profissional alinhadas às transformações societárias que traz consigo a inserção da questão socioambiental no universo do Serviço Social.

Diante do panorama das novas demandas socioambientais, é possível analisar pela objetividade da profissão do Serviço Social, que, também, se expressa uma profissão apta a contribuir com intervenções relevantes no entorno das questões ambientais, pois os profissionais poderão exercer na prática social o papel de educadores e sensibilizadores de uma sociedade sustentável. Ademais, a profissão detém suas inter-relações de trabalho destinada para as transformações das demandas sócio-históricas, que, enquanto objeto de trabalho, encontra-se entre os conjuntos generalizados das sequelas (re)produzidas na *questão social*. Não obstante a isso, a *questão ambiental*, também, se coloca diante da profissão como sendo parte das suas expressões, pois os seus nexos de certo modo compõem os reflexos das determinações hegemônicas contraditórias da sociabilidade capitalista, sentidas com maior frequência nos dias atuais.

Por fim, o que se pretendeu não foi esgotar o assunto tratado, mas apenas de trazer reflexões sobre os impactos da questão socioambiental no trabalho e formação profissional em Serviço Social no que tange as novas demandas postas à profissão. Em linhas gerais, a humanidade entre amplas esferas da vida social precisa se envolver e conhecer as questões correspondentes ao meio ambiente, principalmente no que se refere às problemáticas socioambientais contemporâneas para responder como tem sido retratada essa questão, e, da mesma forma, buscar contribuições também no processo da formação acadêmico-profissional em Serviço Social, para assim, mobilizar no campo social ações de transformação e a participação societária munida em novos rumos voltados para as dimensões sociais enquanto parte indissociável do ambiental.

REFERÊNCIAS

CFESS. Resolução CFESS n. 273, de 13 de março de 1993. Institui o Código de Ética Profissional dos(as) Assistentes Sociais e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 mar. 1993. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/resolucao_273-93.pdf>. Acesso em: out. 2016.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

_____. Dia Mundial do meio ambiente. **CEFSS Manifesta**, Brasília, DF, 5 jun. 2012a. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/cfessmanifesta2012_diamundialambiente-SITE.pdf>. Acesso em: jan. 2017.

_____. **Situações de desastres requerem assistentes sociais**. Brasília, DF, 19 out. 2012b. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/864>>. Acesso em: mar. 2018.

_____. **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na Política de Educação**. Brasília, DF, 5 jun. 2016. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-DUCACAO.pdf>. Acesso em: set. 2019.

BBC NEWS. **A cronologia da tragédia no Rio Grande do Sul**. 2024. In: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2024/05/12/a-cronologia-da-tragedia-no-rio-grand-e-do-sul.ghtml>. Acessado em: jul. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Ministério da Saúde. **Covid 19**. Painel coronavírus, 2020. Disponível em: <<https://covid.saude.gov.br/>>. Acesso em: abril 2020.

DORNELLES, D. F. A Formação Profissional do Assistente Social e a Transversalidade com a Ecologia Humano Social: Possibilidades e Limites. IN: WESTPHALEN, F. **Cenas sociais em expressão**. Ano III. NMI. maio/2004. Editora Uri, 2004.

DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas. 1999.

IAMOMOTO, M. V. **Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. O Serviço Social e cena contemporânea. In: CFESS; ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF, 2009a.

_____. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: CFESS; ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF, 2009b.

_____. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n120/02.pdf>>. Acesso em: out. 2016.

_____. 80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n. 128, p. 13-38, jan./abr. 2017.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/qJzFVXRhJD6LzNSSXWzCvdR/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: set. 2017.

IRIGALBA, A. C. A prática da ecologia social: a necessidade de integrar o social e o ecológico. In: DOMÍNGUEZ GÓMEZ, J. A.; VÁZQUEZ AGUADO, O.; GAONA PÉREZ, A. (Org.). **Serviço Social e meio ambiente**. Tradução de Silvana Cobucci Leite; Rev. Marcos Reigota. São Paulo: Cortez, 2005.

LACERDA, G. L.; SILVA, T. P. **Crise socioambiental**: uma nova realidade para o Serviço Social? 2008, 99f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social). Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2008.

LAYRARGUES, P. P. Das margens ao centro: desafios do Serviço Social frente à questão socioambiental. **Katálisis**. Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 09-13, jan./jun. 2012.
Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rk/v15n1/a01v15n1.pdf>>. Acesso: abril 2020.

LEONARD, A. **A história das coisas**: da natureza ao lixo, o que acontece com tudo que consumimos. Rev. Técnica André Piani Besserman Vianna. Trad. Heloíse Mourão. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

MARX, K. **O capital**. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996a. L. 1. t. 1.

_____. _____. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996b. L. 1. t. 2.

_____. **A questão judaica**. Tradução de Artur Mourão. São Paulo: Centauro, 2005a.

_____. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. Tradução de Rubens Enderle e Leonardo de Deus. São Paulo: Boitempo, 2005b.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2006.

MENDES, R. C. L. O. **Os catadores e seletores de material reciclável**: o social e o ambiental na lógica do capitalismo. 2009. Tese (Doutorado em Serviço Social). Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2009.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. Trad. Isa Tavares. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. **Para além do capital**: rumo a uma teoria de transição. Trad. de Paulo Cesar Castanheira e Sergio Lessa. 1. ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2011.

NUNES, L. S. **A implementação da política de educação ambiental do município de Florianópolis**: novas demandas ao Serviço Social. 2012, 228 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/9370/1/arquivo376_1.pdf>.
Acesso em: set. 2016.

_____. **A questão socioambiental e a atuação do assistente social.** Textos & Conexão, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 196-212, jan./jun. 2013a. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br>>. Acesso em: nov. 2016.

_____. **Questão socioambiental e formação profissional:** o que o Serviço Social tem a ver com esse debate? 2018, 400f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/191610/PGSS0205-T.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>>. Acesso em: set. 2019.

REIGOTA, M. **O que é Educação Ambiental?** São Paulo, Editora Brasiliense. 2005.

SCHWAB, K. M. **A quarta revolução industrial.** 1. ed. Trad. Daniel Moreira. São Paulo: Edipro, 2016.

SCOLESO, F. Cidades e tensões: movimentos sociais urbanos em São Paulo e a retomada dos territórios de luta em tempos de mundialização do capital. **Projeto História.** São Paulo, v. 60, p. 221-251, Out./Dez, 2017. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/30997>>. Acesso em: jan. 2020.

SILVA, M. das G. **Questão ambiental e desenvolvimento sustentável:** um desafio ético-político ao Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, T. P. **Questão socioambiental e as suas inter-relações com o Serviço Social.** 2016, 122f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdades de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2016.

STIGLITZ, J. E. **La economía del sector público.** Columbia University. Tercera edición Traducción de M.a Esther Rabasco y Luis Toharia. Universidad de Alcalá, 2000. Disponível em: <http://www.institutodeestudiosurbanos.info/dmdocuments/cendocieu/0_Gestion/Economia_Sector_Publico-Stiglitz_J-2000.pdf>. Acesso em: abril de 2018.

_____. **Globalização e desenvolvimento.** 2002. Cepal. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/2727/2/S2002022_pt.pdf>. Acesso em: jul. 2019.

_____. **O preço da desigualdade.** trad. Dinis Pires. Revisão de Sandra Areias. 1. ed. Lisboa: Bertrand, 2013. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/23456075-O-preco-da-desigualdade.html>>. Acesso em: jul. 2020.

_____.; CIMOLI, M.; DOSI, G. A lógica da política industrial e da inovação. In: CASTRO, A. C.; FILGUEIRAS, F. **O Estado no século XXI.** Brasília: Enap, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3571/1/O%20Estad%20no%20S%C3%A9culo%20XXI.pdf>>. Acesso em: jul. 2019.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

SANT'ANA, R. S. **Trabalho bruto no canavial**: questão agrária, assistência e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2012.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA (UNESP). **Portal da UNESP**. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Câmpus de Franca – FCHS. São Paulo, 2021.
Disponível em: <<https://www2.unesp.br/portal#!/prograd>>.